

Política de educação e pandemia: desafios para a formação profissional em Serviço Social e resistências da Abepss

Education policy and the pandemic: challenges for professional training in social work and Abepss resistance

Marina Monteiro de Castro e Castro* 

Paula Martins Sirelli** 

Rafaela Bezerra Fernandes*** 

RESUMO

O presente artigo realiza uma análise da política de educação na atualidade, especialmente no que tange aos impactos da pandemia no processo de precarização do ensino e da formação profissional em Serviço Social. Nesta esteira, analisa os desafios e as resistências a partir dos posicionamentos e debates da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), destacando a relevância da defesa das diretrizes curriculares da entidade como estratégia de preservação dos pressupostos do projeto de formação do Serviço Social brasileiro.

Palavras-Chave: educação; formação; Serviço Social.

ABSTRACT

This article analyzes current education policy, especially with regard to the impacts of the pandemic on the process of the precariousness of teaching and professional training in social work. In this vein, it analyzes the challenges and resistances based on the positions and debates of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (Abepss), highlighting the relevance of defending the entity's curricular guidelines as a strategy to preserve the assumptions of the professional training project of Brazilian social work.

Keywords: education; professional training; social work.

Introdução

Em janeiro de 2021 a gestão *Aqui se respira luta!* assume a Abepss com o desafio de estar à frente da condução da entidade durante dois anos. Em um cenário ainda em descoberta e construção, a

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.75916>

* Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: marinamcastro@gmail.com.

** Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio das Ostras, RJ, Brasil. E-mail: paulasirelli@id.uff.br.

*** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: rafaelabefer@gmail.com.

Como citar: CASTRO, M. M. C.; SIRELLI, P. M.; FERNANDES, R. B. Política de educação e pandemia: desafios para a formação profissional em serviço social e resistências da Abepss. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p.74 - 86, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.75916>

Recebido em 23 de setembro de 2022.

Aprovado para publicação em 02 de janeiro de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

gestão tinha um desafio: começar a nortear o trabalho de coordenar e articular o projeto de formação em Serviço Social no Brasil, nos âmbitos de graduação e pós-graduação, de forma totalmente remota. Conduzir a gestão de forma remota era um dos desafios, dentre muitos, que o cenário da pandemia da Covid-19 trazia: o ensino em todo o país se dava de forma remota emergencial; o medo de contaminação pelo vírus e/ou o luto pela perda de familiares e/ou amigos era uma realidade na vida de docentes, discentes e pesquisadores; a condução da política econômica do país seguia no fortalecimento do grande capital, reduzindo o poder aquisitivo da população, acompanhado do seguido desmonte das políticas sociais públicas, que naquele momento poderiam amparar a classe trabalhadora.

A relação capital *versus* trabalho mostra seu lado mais perverso ao escancarar as desigualdades econômicas, sociais e culturais, lançando mão, sem pudor, do machismo, do racismo, da violência contra as mulheres, a população LGBTQIA+, os negros e negras e os povos indígenas – estruturantes na formação brasileira, porém, ainda mais acirradas durante a crise sanitária global. Destaca-se ainda nesse cenário a desigualdade digital, evidenciando não apenas a negação do direito à educação àqueles que não tinham acesso a computadores e internet, mas também a dificuldade de acesso a políticas sociais públicas, já que diversos serviços e “benefícios”, entre eles o auxílio emergencial, passam a pressupor o acesso por meio digital.

O trabalho remoto se afirma como uma realidade e traz um aumento ímpar na exploração, intensificação e precarização do trabalho, em um cenário já tomado pelo desemprego e pela informalidade. Assim, professores, pesquisadores e assistentes sociais vivenciam intensas transformações nos processos de trabalho nos quais se inserem.

Não bastasse tudo isso, o Brasil é governado por um presidente que não apenas nega a ciência e as evidências científicas do novo coronavírus, como desconsidera e debocha do saber científico e de quem o produz (professores, cientistas, pesquisadores), bem como das instituições que produzem pesquisa e conhecimento, por meio de discurso e incitação ao ódio, mas também com o constante corte de investimentos nessa área, reafirmando um claro projeto de educação para o país. Há uma tentativa clara de criação de um inimigo: o saber crítico, o conhecimento científico, e, logo, os profissionais e as instituições que o constroem.

É nesse cenário que a Abepss, instituição com 75 anos de existência, tem o desafio de coordenar e articular o projeto de formação em Serviço Social no Brasil. É importante lembrar que quando falamos de projeto de formação em Serviço Social não estamos dizendo apenas do ensino em Serviço Social – este é apenas um momento da formação, como nos lembra Pinto (1997, p. 45), ao frisar que, até por uma questão de hábito de linguagem, confunde-se a formação profissional com o ensino do Serviço Social.

[...] ao se tratar da formação profissional, a gente está falando do tipo, da qualidade e da direção que o ensino tem ou deveria ter. Neste sentido, creio,

está se tomando o todo pela parte. A formação profissional não se completa na conclusão do curso, pelo contrário, o curso é seu desencadeador.

Então, muito mais que defender um tipo de ensino, o desafio da entidade é defender a direção deste ensino – direção ética, política, socialmente referenciada e nunca neutra. Logo, é impossível pensar a formação desvinculada de um projeto de educação, que está alinhada com um projeto de sociedade, pautada no fortalecimento de uma classe.

Para balizar nossas ações, a escolha política foi reafirmar valores e princípios historicamente defendidos pela profissão, materializados nas Diretrizes Curriculares para Formação Profissional em Serviço Social da Abepss (1996) e na Política Nacional de Estágio da Abepss (2010), por exemplo.

Objetivamos aqui refletir sobre os posicionamentos construídos pela gestão *Aqui se respira luta!* (2021-2022), que buscou reafirmar a orientação social da profissão diante de um cenário de reorganização da vida. Para isso, trazemos um balanço das disputas em torno de uma concepção de educação, expresso na forma de (des)conduzir tal política pública no cenário atual. Trata-se de um ensaio que se utilizou estudo bibliográfico de material acerca da política de educação e da formação profissional e, como base de dados, diferentes materiais produzidos pela entidade nos últimos dois anos, tais como pesquisas, relatórios, reportagens etc., além das Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996.

Nossa preocupação foi pensar a profissão, logo, a formação e o trabalho profissional em Serviço Social inseridos em uma totalidade social, realidade dinâmica e contraditória que expressa uma clara disputa de projetos: societários, de educação, de formação e de trabalho profissional. A Abepss, ao longo dos três anos de pandemia, se posicionou contra os diversos processos que comprometeram a qualidade da educação e afirmou a defesa da profissão e da educação de qualidade. Nessa direção, apresentamos os desafios que esta disputa colocou para a associação, bem como as possibilidades de resistência conduzidas coletivamente pela gestão.

A política de educação no cenário atual

Pensar a política de educação na atualidade requer compreender o lugar que esta ocupa na agenda do governo Bolsonaro cujos passos durante os últimos quatro anos revelam, sem dificuldades, a que projeto se vincula a consecução de ações e/ou omissões diante desta política pública.

Com intensa rotatividade de ministros na pasta da educação, contando com mais de cinco nomeações no espaço de apenas um mandato ainda em curso, além de falas como as do ex-ministro Milton Ribeiro, ao afirmar que “*universidade deveria, na verdade, ser para poucos*”, e de Abraham Weintraub, ao enfatizar que as universidades brasileiras “*pro-*

movem balbúrdia”, ou até mesmo as do próprio presidente da República, ao declarar que estudante de universidade e faculdade no Brasil “*faz tudo, menos estudar*”, o Ministério da Educação, seja pelas escolhas de suas lideranças, seja pela própria dinâmica de financiamento e pautas levantadas no decurso dos últimos anos, ratifica o seu lugar de profundo distanciamento das prioridades governamentais.

Não é preciso ir muito longe para salientar a avalanche de retrocessos levados a cabo pelo atual governo, cujas ofensivas contra a universidade pública se manifestam não apenas no discurso anticiência, voltado a deslegitimar o espaço da universidade como produtora de conhecimento e difusão do pensamento crítico, mas também na hierarquização de áreas de conhecimento a partir da concentração de repasses financeiros às áreas de exatas e biológicas, em detrimento dos estudos nas ciências humanas. Ressalta-se também a tramitação em curso, sem debate prévio, da Proposta de Emenda à Constituição nº 206/2019, de autoria do deputado federal general Peternelli (União Brasil-SP), que visa instituir a cobrança de mensalidade nas universidades públicas. Tais exemplos ratificam que “a intenção do governo em atacar a universidade e as ciências humanas é parte do projeto mais amplo da atual guerra cultural e ideológica travada no país pelo bolsonarismo” (SENA JR., 2019, p. 218).

Nesse sentido, pautar o financiamento da educação torna-se demanda prioritária, haja vista que os argumentos utilizados para a sucessão de ataques ao ensino superior público brasileiro subjazem, muitas vezes, ao aporte do Banco Mundial e suas “recomendações”. Além disso, sob o atual pressuposto de privatização mascarada das universidades públicas através da referida PEC, condicionam a inserção de estudantes na esfera universitária à sua comprovação da própria condição de pobreza – o que se configura como confronto direto à conquistas históricas inscritas na Constituição Federal de 1988.

Mattos (2020, p. 213) destaca que, neste governo, “a atitude obscurantista em relação à educação e à ciência teve repercussões materialmente concretas, com a intensificação dos cortes de verbas às instituições de ensino superior e às agências de apoio à produção científica e programas de pós-graduação”. Exemplo disso se situa no desenho orçamentário de 2022, cujos cortes impuseram inflexões severas ao Ministério da Educação, que se configurou enquanto uma das áreas mais atingidas, ficando atrás apenas do Ministério do Trabalho e Previdência, o qual sofreu um corte de 1 bilhão de reais. Nessa direção, diante do montante total de R\$ 4,7 trilhões previsto ao orçamento fiscal e da seguridade social conjuntamente, a pasta da educação encarou um corte de R\$ 739,8¹ milhões. Diante desse quadro, o fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa

¹ Informações segundo tabulação de dados disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/24/educacao-e-trabalho-concentram-cortes-de-bolsonaro-veja-quanto-cada-ministerio-perde-em-2022>>. Acesso em: 19 set. 2022.

e extensão perdeu R\$ 4,2 milhões, enquanto que o Ministério da Economia foi poupado com um veto de apenas R\$ 85,9 mil.

Os cortes orçamentários evidenciam uma política governamental anticiência, agudizada por dados ainda mais recentes, quando em 27 de maio de 2022 o governo Bolsonaro determinou um bloqueio de R\$ 3,23 bilhões² do orçamento do MEC, dos quais R\$ 1 bilhão afetam diretamente as universidades e institutos federais. Essa medida não passou ilesa sem a crítica e posicionamento contrário de professores e dirigentes de universidades públicas, assunto que foi debatido em audiência pública no dia 15 de junho de 2022 na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Imersos numa conjuntura de violento contingenciamento de recursos no campo social, especialmente garantida pela aprovação da Emenda Constitucional nº 95 ainda durante o governo ilegítimo de Temer, tem-se, portanto, o cenário propício para o arrocho do ajuste fiscal, bem como do avanço de medidas e propostas de privatização como parte da programática ultraneoliberal empenhada pelo governo Bolsonaro.

No caso da Educação, tais ataques fazem parte da agenda da contrarreforma do Estado, combinando sua face econômica à intelectual e moral, no sentido de tornar o país mais dependente e heterônomo, esvaziando a pesquisa; e, no mesmo passo, asfixiar a crítica social produzida nas universidades públicas, tendo em vista – pela força – forjar a adesão ao projeto *Future-se*. (BEHRING, 2019, p. 232).

Este último, intitulado *Future-se*, se apresenta como uma das mais recentes estratégias de desmonte do ensino superior brasileiro. Sob o argumento de conferir autonomia à gestão das universidades e institutos federais, se coloca como proposta que, dentre outros prejuízos, fere a autonomia universitária e abre precedente para inserção da lógica privada na esfera pública (através das múltiplas fontes de financiamento que pressupõe visando seu autofinanciamento).

Ademais, neste rol de mecanismos regressivos de ataque à educação brasileira, encontra-se, também, o Reuni Digital³, “programa piloto”⁴ já em curso cujo objetivo de alcançar metas do Plano Nacional de Educação e de ampliar o número de matrículas nas universidades federais do país, através da modalidade online, garante massificação de diplomados. Entretanto, sob o custo da profunda precarização do trabalho, a formação

2 Mais detalhes sobre os cortes orçamentários encontram-se disponíveis em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-corta-r-3-2-bilhoes-do-orcamento-do-mec-ensino-superior-tera-corte-de-r-1-bilhao1>. Acesso em: 19 set. 2022.

3 Programa para expansão da educação a distância nas universidades públicas federais.

4 Dentre as universidades federais que já aderiram ao programa, encontram-se: Ufam, UFMS, UFMT, UFCA, UFPI, UFRA, UFRRJ, Unifal, Unifei e Unilab.

viabilizada por tal modalidade de ensino, para além de outros, gera prejuízos também ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

Precisamos [...] de uma esquerda que possa desencadear uma ampla campanha de mobilização popular demonstrando a devastação em curso e que apenas as ruas podem contê-la, já que as instituições da democracia blindada parecem não ser capazes de qualquer passo que imponha freios à barbárie. (BEHRING, 2019, p. 236).

É sob este terreno que o Serviço Social encontrará os desafios que o atravessam como profissão situada no espectro do campo crítico, progressista, alinhado aos interesses da classe trabalhadora frente à barbárie que se impõe cotidianamente à sobrevivência na ordem burguesa no tempo presente.

A Abepss e a formação profissional em Serviço Social: desafios e resistências

A política de educação na contemporaneidade tem desafiado a Abepss na resistência contra a precarização da formação profissional. Assistimos nos últimos anos, como exposto, a um ataque direto a um projeto de educação progressista e classista que avançou no desfinanciamento da educação pública e referendou um projeto conservador e anti-ciência.

Este cenário, agregado aos desafios impostos pela pandemia, agravou a precarização da formação profissional através do ensino remoto emergencial (ERE). Salientamos que esta estratégia foi necessária, tendo em vista o alto contágio do coronavírus e a necessidade de distanciamento social para mitigação do vírus. Porém, este contexto contribuiu para acelerar o modelo de educação que já tinha sido altamente difundido, amplamente mediado pela tecnologia.

A Abepss, ao longo dos dois anos de pandemia, se posicionou contra os diversos processos que comprometeram a qualidade da educação, afirmando a defesa da profissão e da educação de qualidade. Desde 2020, a entidade apontou as fragilidades do ERE e “as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem” (Abepss, 2021b, n. p.). Essas fragilidades foram vistas, especialmente, na pesquisa realizada pela entidade intitulada *A formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial* (Abepss, 2021a).

Os prejuízos do ERE para o projeto de formação do Serviço Social defendido pela Abepss se manifestam especialmente pela perda do diálogo/debate coletivo e das estratégias pedagógicas que ampliam a interação docente/discente; pela falta de aprofundamento dos conteúdos das disciplinas; e pela redução dos conteúdos programáticos das disciplinas, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Destacamos que o estágio supervisionado foi um componente formativo fortemente atingido pelo ERE, tendo em vista o seu necessário caráter presencial nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. A preservação dos pressupostos da Política Nacional de Estágio (PNE) se tornou um desafio⁵ e, ao mesmo tempo, uma necessidade, sendo reiterada a necessidade da supervisão direta envolvendo os três sujeitos do processo de supervisão: supervisor/a acadêmico/a, estagiário/a e supervisor/a de campo (Abepss, 2021b).

Desta forma, um elemento importante desse processo foi a crítica à transposição simplista e imediata do ensino presencial para o remoto. Esta perspectiva foi também sinalizada pelas análises desenvolvidas por Farage (2021, p. 61-62):

A transposição do ensino presencial para o remoto, no caso do Serviço Social, pode fragilizar o próprio projeto ético-político, que não pode prescindir, entre outras coisas, de uma formação profissional consistente com sólido arcabouço teórico, de ter o estágio como um período privilegiado da formação profissional, bem como de um espaço formativo em que docentes e discentes tenham liberdade de expressão, livre escolha dos conteúdos e dos métodos pedagógicos a partir do currículo.

O monitoramento, realizado pela entidade, sobre o ensino remoto nos indicou alterações importantes, inclusive nos projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social, especialmente no que concerne ao formato dos trabalhos de conclusão de curso (TCC); à exclusão ou junção de disciplinas nos currículos; à diminuição da carga horária de estágio; e às alterações nos formatos da supervisão acadêmica (Abepss 2022a).

Importante destacar também o debate sobre o fomento à incorporação de disciplinas a distância nos cursos⁶. Posicionamento relevante da Abepss foi lançado em relação à minuta de resolução da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que dispunha sobre normas e procedimentos para a inserção e oferta de componentes curriculares, integral ou parcialmente, de forma não presencial ou a distância nos currículos dos cursos de graduação presenciais. A entidade se posicionou contra, destacando que esse processo expressa “claramente a adoção do ensino precarizado no âmbito da universidade pública e a instalação de um modelo de educação voltada para atender às exigências de um profissional condizente com o que o mercado de trabalho requer” (Abepss, 2022b, p. 2).

Esse debate foi reforçado com o lançamento, feito pelo governo federal, do Reuni Digital. No lançamento deste programa, o Ministério da Educação destacou que

5 Destacamos aqui a pesquisa realizada pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), feita com 550 estudantes, que traz importante balanço sobre o ERE na relação com o estágio (ABEPSS, 2021c).

6 A portaria nº 2.117/2019 emitida pelo governo Bolsonaro passou a permitir 40% da carga horária a distância na organização curricular e pedagógica dos cursos presenciais de graduação (BRASIL, 2019).

frente aos impactos da pandemia do Coronavírus, a educação a distância foi a principal resposta para a manutenção das atividades acadêmicas, sendo disseminada amplamente por meio do uso massivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), consolidando a relevância da EaD no processo educacional. (BRASIL, 2022, n. p.).

Em contraposição a esse processo, a Abepss reafirmou a sua posição contrária ao EaD, destacando que essa modalidade de ensino é marcada pela precarização e financeirização, comprometendo um projeto de educação que tem como mote a defesa por uma educação pública, gratuita, laica, presencial, estatal e socialmente referenciada. Dessa forma, a Abepss reitera:

Os documentos produzidos pelas entidades organizativas da categoria, do qual destacamos os dois volumes intitulados ‘Sobre a incompatibilidade entre a graduação à distância e Serviço Social’(CFESS, 2014, 2015) evidenciam que a adoção dessa modalidade nas instituições privadas tem apresentado as características a saber: - uma concepção de educação bancária em que os discentes são meros receptores de conhecimento; - a formação de profissionais de forma massificada e ‘com conteúdos banalizados’(CFESS, 2015, p.14) e qualidade de ensino que diverge dos conteúdos expressos nas Diretrizes Curriculares da Abepss; - a predominância de trabalho docente precarizado com diferentes formas de contratação e pagamento e muitas vezes responsabilizando o professor pela produção de materiais para as plataformas e acompanhamento de atividades sem que exista o computo dessas horas de trabalho; - desqualificação docente, assumindo funções de tutores, contratados de forma precarizada por seleções por editais e não concursos públicos, expondo a proposta do REUNI digital; - ausência de pesquisa e extensão, o que demarca a contrariedade da unidade entre ensino/pesquisa/extensão como base do ensino superior. (Abepss, 2022b, p. 1-2).

Tendo em vista este cenário, um dos debates centrais para a entidade nesse momento é o fortalecimento dos projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social e a reafirmação das diretrizes curriculares da Abepss⁷. Os projetos político-pedagógicos são uma exigência da Lei nº 9394/96, em que estão contidos o projeto formativo, a fundamentação e direcionamento dos cursos. Ou seja, é um documento que expressa os princípios que direcionam a formação, a lógica curricular, os conteúdos, as prioridades a serem enfatizadas na formação e o perfil que se quer formar. Destacamos que é um projeto *político*-pedagógico – porque imprime uma escolha – a partir de valores, princípios e fundamentos que o curso deve defender, tendo em vista uma concepção de educação e prática pedagógica.

7 Demonstração da relevância deste processo foi a seleção da temática *Questão social, 25 anos das diretrizes curriculares e os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social* para o projeto Abepss Itinerante 2022.

Neste sentido, reforçamos, nesse contexto de avanço da precarização da formação, a necessária afirmação do projeto de formação da Abepss, expresso no documento formulado em 1996 pela equipe de especialistas da área e exposto nas Diretrizes Curriculares da Abepss (1996). Aqui, ressaltamos que são as diretrizes da entidade, tendo em vista a implementação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2001, o que representou uma desconfiguração das diretrizes construídas pela Abepss. Em relato histórico, Boschetti (2011, p. 38) destacou que

as diretrizes aprovadas pelo MEC reduziram a carga horária, simplificaram e flexibilizaram os conteúdos. Estas mudanças possibilitaram abertura de novos cursos com projetos pedagógicos reduzidos (cursos com três anos), simplificados e extremamente diversificados, provocando fragilização e empobrecimento do processo formativo. Infelizmente, as diretrizes aprovadas pelo CNE/MEC estão muito distantes das diretrizes curriculares da Abepss.

Fica explícito, conforme nos aponta Iamamoto (2014), que as diretrizes curriculares da Abepss sofreram uma descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao trabalho profissional do assistente social. Podemos verificar que o processo de precarização do ensino é expresso também através da flexibilização de elementos fundamentais da configuração da formação profissional e das nossas diretrizes curriculares (IAMAMOTO, 2014). Nesse sentido, corroboramos com o entendimento de que o combate a esse processo é fundamentado na defesa do

projeto ético político do Serviço Social brasileiro como norte e como parte da construção de um projeto classista de educação. Nessa construção, destacam-se três elementos: a formação profissional; a luta em defesa do ensino público, gratuito, laico e universal (democratização das políticas públicas) e as lutas anticapitalistas. (SANTANA; FERREIRA, 2019, p. 32).

Nesse sentido, é fundamental resgatar o pressuposto central das diretrizes da Abepss, que é a “permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social” (Abepss, 1996, p. 8).

Destacamos que a inovação proposta pelas Diretrizes Curriculares da entidade nos anos 1990 se mantém atual, uma vez que preconiza uma lógica curricular que supera a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem e pressupõe a intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade (Abepss, 1996). Desta forma, entende-

mos que o desafio posto àquela época se mantém: afirmar as diretrizes e sua lógica “é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções” (Abepss, 1996, p. 9).

Considerações finais

A disputa por projetos societários se intensifica ainda mais nesse momento da luta de classes, com claro rebatimento na relação entre as classes trabalhadoras, a burguesia e o Estado. Na política de educação, percebemos um intenso retrocesso, com processos que tentam reestruturar as universidades, seja pelo corte de verbas, que tem o menor investimento dos últimos 20 anos (TERRIBILI, 2022), seja por se apropriar de um formato de ensino emergencial como melhor, mais moderno e sem possibilidade de retroceder. É uma tendência que vem sendo apontada por este governo desde as campanhas eleitorais, isto é, de refuncionalizar a educação brasileira, com um claro projeto de esvaziamento não só das universidades, mas do sentido da educação.

Vivenciamos os efeitos das aulas remotas: defasagem de conteúdo, dificuldade de socialização, impulso à intolerância, cansaço, angústia, ansiedade, além de, dentre outras coisas, estudantes que estão no meio do curso e desconhecem as entidades representativas da profissão. Voltamos para uma universidade pública com piores condições de trabalho, com muitos aparelhos elétricos e eletrônicos com defeito pelo tempo em desuso (e que não serão facilmente substituídos), salas sujas e espaços mal cuidados, além de um esvaziamento das entidades de representação, numa clara tentativa de desorganização coletiva e de enfraquecimento das instâncias políticas de organização. É um ensaio de apartar a comunidade acadêmica, desvalorizando os espaços de construção e troca de saberes, reduzindo a educação à mera transferência de conhecimento e os espaços, como o estágio supervisionado, à mera preparação para o mercado de trabalho.

É preciso estar atento para que o Serviço Social não caia nessas armadilhas, alterando projetos pedagógicos de forma a naturalizar o ensino remoto. O esvaziamento das universidades precisa ser pauta constante, aliado à luta pela manutenção da classe trabalhadora nesses espaços via políticas de acolhimento estudantil. Torna-se premente ter os discentes como aliados, entender os prejuízos e como as determinações mais gerais da sociedade rebatem na vida dos sujeitos particulares, construindo junto com a Enesso e o movimento estudantil respostas concretas para as realidades locais e regionais.

Parcerias históricas têm sido reafirmadas, tais como Enesso e o Conjunto CFESS/ CRESS, na defesa de bandeiras a exemplo do estágio como momento privilegiado de realização de importantes mediações e reflexões, garantindo a supervisão direta de estágio por supervisor acadêmico e de campo.

A dimensão formativa não está alheia ao movimento da sociedade: tem que ter sólidas bases políticas, uma direção social definida, construída pelo conjunto da categoria profissional, estabelecendo vínculos estreitos com o Projeto Ético-Político Profissional. Diante do exposto, a defesa das Diretrizes Curriculares da Abepss na atualidade se coloca como uma expressão de um processo de resistência frente às forças neoconservadoras que assolam o país e que impactam diretamente a precarização que o ensino superior vem sofrendo, especialmente nos últimos três anos.

Por isso, a gestão segue na luta por uma formação ético-política com base na teoria social crítica e na tradição marxista, comprometida com as lutas emancipatórias da sociedade, bem como numa perspectiva da totalidade, compreendida como histórica e prenhe de contradições. Contradições estas que revelam não apenas forças de resistências, mas também a impossibilidade de que este modelo de desenvolvimento se sustente a longo prazo.

Não estamos sozinhos nessas análises. Foi um período de grande aprendizado para a entidade, em que nos debruçamos não só sobre os estudos de questão social⁸, mas em que nos aproximamos ainda mais do movimento negro, de mulheres, de populações indígenas, de pessoas com deficiência, de estudantes, de defesa do SUS e da saúde pública. Dessa forma, um projeto de formação profissional para o Serviço Social na contemporaneidade precisa ser democrático, libertário, laico e, acima de tudo, anticapacitista, antirracista, antiLGBTQIA+fóbico, antimachista e anticlassista.

Contribuições dos/as autores/as: As autoras participaram de forma igualitária na concepção, elaboração e revisão do texto.

Agradecimentos: Agradecemos à gestão da Abepss “Aqui se respira luta!” (2021-2022).

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

- 8 Destacamos as diversas *lives* realizadas pela entidade, através do TV ABEPSS, que tiveram por objetivo discutir a questão social a partir dos debates dos grupos temáticos de pesquisa (GTPs) e a edição temática da *Revista Temporalis Crise capitalista, questão social no Brasil e diretrizes curriculares da ABEPSS* (2021).

Abepss. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 nov. 1996). Brasília, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

Abepss. A formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial. Brasília, 2021a. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

Abepss. Abepss faz balanço de posicionamentos e ações em defesa do Serviço Social na pandemia. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrbalancopandemia-435>. Acesso em: 16 set. 2022.

Abepss. Pesquisa da ENESSO revela falta de garantia de acesso ao ensino remoto e de segurança no estágio. Brasília, 2021c. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrpesquisaenessoestagio-485>. Acesso em: 16 set. 2022.

Abepss. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-Abepss. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf. Acesso em: 05 mai 23.

Abepss. Monitoramento Graduação e Pós-Graduação – a formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/abepss-monitoramento-ere-graduacao-e-posgraduacao-202212021724546285500.pdf>. Acesso em: 05 mai 23.

Abepss. Pontos sobre a Resolução da UFMA. Brasília, 2022b. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20220608_consideracoes-sobre-a-resolucao-da-ufma-202206301855082457420.pdf. Acesso em: 16 set. 22.

BEHRING, E R. Devastação e urgência. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Org.). *O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BOSCHETTI, I. Desafios e atuação da Abepss no contexto da “reforma” do ensino superior no final dos anos 1990: gestão 1998-2000. *Revista Temporalis*, n.22, jul./dez. 2011.

BRASIL. MEC. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de ensino a distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por instituições de educação superior – IES pertencentes ao sistema federal de ensino. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. MEC. Reuni Digital. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital>. Acesso em: 16 set. 22.

FARAGE, E. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 140, jan./abr. 2021.

IAMAMOTO, M. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 120, out./dez. 2014.

MATTOS, M. B. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

PINTO, R. M. F. *Estágio e supervisão: um desafio teórico-prático do Serviço Social*. São Paulo: PUC-SP, 1997.

SANTANA, J. V.; FERREIRA, B. J. P. Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um projeto educacional classista. *Textos e Contextos*, v. 18, n. 1, jan./jun. 2019.

SENA JR., C. Z. O protofascismo bolsonarista e a universidade pública no Brasil. In: CISLAGHI, J. F.; DÉMIER, F. (Org.). *O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

TERRIBILI, A. Investimento em educação e ciência é o menor em 20 anos. *SinproDF*, Brasília, 15fev. 2022. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/investimento-em-educacao-e-ciencia/>. Acesso em: 20 set. 2022.